



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº DE 2011

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em data a ser marcada oportunamente, com o objetivo de discutir o tema da intolerância religiosa vivenciada no país referente às comunidades tradicionais de terreiros.

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em data a ser marcada oportunamente, com o objetivo de discutir o tema da intolerância religiosa vivenciada no país referente às comunidades tradicionais de terreiros.

Justificativa

A pluralidade religiosa e a liberdade de culto, embora reconhecidas pela Constituição brasileira, não são respeitadas no país. Há uma franca oposição aos cultos de matriz africana, o que tem exigido das comunidades de terreiro uma organização cada vez maior para o enfrentamento das seguidas ações de violência e perseguição.

Um relatório apresentado pela organização não governamental Minority Right Groups International (MRG) explica que a intolerância religiosa se converteu numa das principais causas de perseguição das minorias no mundo. Constatamos, com grave preocupação, que a liberdade religiosa está sendo objeto de agressão nos últimos anos desde diferentes flancos, com crescente virulência em algumas partes do mundo. Às vezes se trata de majorias que impõem sua concepção da vida às minorias e pretendem eliminar a discordância. Outras vezes se trata de minorias intolerantes que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tratam de impor à maioria um espaço público do que se tenham erradicado as expressões de religiosidade vivas numa sociedade.

Não há que confundir liberdade religiosa com conflito. A intolerância religiosa não é algo que atinge apenas uma religião, isso é fato. Cada qual ao seu grau. O que acontece é que no Brasil nenhuma outra orientação religiosa foi tão massiva e historicamente perseguida como as religiões denominadas afro-brasileiras, entre elas a Umbanda e o Candomblé. Um estudo mais aprofundado nos mostra que o motivo primórdio desse preconceito é justamente o fato de ser afro-brasileira. Como tudo que veio da África, como tudo que está relacionado ao negro - por melhor que seja - por mais bonito, sofre ou já sofreu muito preconceito. Podemos citar como exemplos a capoeira, a feijoada e o samba.

E é mesmo um preconceito histórico. Na época do Império, o Código Criminal de 1830 considerava crime o culto de religião que não fosse a oficial. Em 1832, um decreto obrigou os escravos a se converterem à religião oficial. Quem não se convertesse e continuasse a realizar suas práticas religiosas originais era acusado de feitiçaria e castigado com pena de morte. Até 1976, havia uma lei no Estado da Bahia que obrigava os templos de religiões afro-brasileiras a se cadastrarem na delegacia de polícia mais próxima, o que mostra claramente que eram tratados como um perigo para a sociedade.

Segundo um dado da ONU (Organização das Nações Unidas), 75% dos conflitos bélicos no mundo têm algum fundo religioso. No Brasil, esta “guerra santa” atinge principalmente aquelas religiões que são tidas como minorias. Ainda hoje muitos templos de Umbanda e Candomblé são depredados, sacerdotes e sacerdotisas são agredidos, adeptos das religiões afro-brasileiras são discriminados e constrangidos, crianças da Umbanda e do Candomblé sofrem preconceitos nas escolas. São os efeitos de uma sociedade incitada ao ódio contra tudo àquilo que é diferente ou desconhecido.

Neste sentido, solicito uma audiência pública com a finalidade de debater esse assunto, com a expectativa de mudança nessa triste realidade imposta.

Na expectativa de contar com a Vossa atenção, reitero votos de consideração e apreço.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF